

# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**  
(Organizadora)

# **Qualidade e Políticas Públicas na Educação**

## **6**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 6 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-013-1

DOI 10.22533/at.ed.131181912

1. Aprendizagem. 2. Educação e estado. 3. Prática pedagógica.  
4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

As práticas pedagógicas ou práticas docentes significam o trabalho que professores realizam com crianças, adolescentes, adultos e idosos, nas salas de aula ou em espaços pedagógicos diversos. Na prática o professor poderá assumir perspectivas bem diferentes daquelas que estão preconizadas na legislação educacional e naquilo que ele aprendeu em sua formação inicial.

A prática pedagógica envolve o conhecimento teórico das áreas disciplinares, mas vai além, como demonstram os artigos contidos neste volume. As práticas envolvem também a organização do espaço pedagógico, o planejamento das atividades que serão realizadas, a relação professor e alunos, alunos e alunos, a avaliação como meio de aprendizagem, o acompanhamento realizado por coordenadores pedagógicos junto aos professores.

Em se tratando da utilização de materiais pedagógicos, alguns artigos abordam que o jogo é o principal recurso no processo do desenvolvimento psicossocial do sujeito de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, a prática docente que tende a valorizar e a respeitar os conhecimentos elaborados pelo próprio aluno, efetiva-se mediante diferentes registros (desenhos, relatos, textos e cálculos), mediante a adoção de materiais didáticos diversificados (ábacos, material dourado, sólidos geométricos, embalagens, palitos de sorvete, tampinhas de garrafas, calculadora, computadores, entre outros).

Uma prática fundamentada no conhecimento teórico e alinhada com a utilização de recursos pedagógicos é de fundamental importância para a aprendizagem dos alunos desde que mediada pela ação docente.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA COM FOCO NA QUALIDADE DO ENSINO: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE AÇÃO FRENTE ÀS DIFICULDADES DA LEITURA – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Maria das Graças da Silva Reis</i> <i>Lúcia Torres de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O EIXO DA GEOMETRIA	
<i>Leila Pessôa Da Costa</i> <i>Regina Maria Pavanello</i> <i>Sandra Regina D’Antonio Verrengia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A PRÁTICA DO JORNAL ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR PARA O LETRAMENTO INFORMACIONAL DE FUTUROS EDUCADORES	
<i>Renata de Oliveira Sbrogio</i> <i>Maria da Graça Mello Magnoni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA PARA A PERMANÊNCIA E A CONCLUSÃO COM ÊXITO DOS ESTUDANTES DO CAMPUS PARNAMIRIM/IFRN	
<i>Vânia do Carmo Nóbile</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
ANÁLISE DE LITERATURA INFANTIL: PERSPECTIVAS PARA TRABALHO EM SALA	
<i>Bianca de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
AS DIFERENÇAS E A SALA DE AULA: DESAFIOS DO PROFESSOR	
<i>Anderson dos Reis Cerqueira</i> <i>Ualace Roberto de Jesus Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819127</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
AS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS EM MATEMÁTICA DOS ALUNOS DE PRIMEIRA SÉRIE EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO RN	
<i>Elcio Correia de Souza Tavares</i> <i>Ângela Maria Ribeiro de Lima Farias</i> <i>Graziella Nonato Tobias Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1311819128</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 81**

ATRIBUIÇÕES, DIFICULDADES E SATISFAÇÃO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE UM MUNICÍPIO CEARENSE

*Gleíza Guerra de Assis Braga*  
*Antonio Nilson Gomes Moreira*  
*Glaucia Mirian de Oliveira Souza Barbosa*

**DOI 10.22533/at.ed.1311819129**

**CAPÍTULO 9 ..... 94**

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM E ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DE IMAGENS E TEXTOS DA LITERATURA INFANTIL COMO POSSIBILIDADE DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS EM ASTRONOMIA

*Erica de Oliveira Gonçalves*  
*Marinês Verônica Ferreira*

**DOI 10.22533/at.ed.13118191210**

**CAPÍTULO 10 ..... 104**

COMO CONTRIBUIR NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POSITIVA DE CRIANÇAS NEGRAS ENQUANTO EDUCADOR BRANCO

*Thais Stefani Donato Lima*  
*Kênia Kemp*

**DOI 10.22533/at.ed.13118191211**

**CAPÍTULO 11 ..... 121**

CRIANÇAS DA NOVA ERA - UMA VISÃO DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA EDUCAÇÃO

*Irani Campos Marchiori*  
*Virgínia de Mauro Faccio Gonçalves Dias*

**DOI 10.22533/at.ed.13118191212**

**CAPÍTULO 12 ..... 131**

CURRÍCULO E PLANEJAMENTO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

*Darlan Daniel Marcelino de Campos Pereira*  
*Fabiana Meireles de Oliveira*  
*Fatima Ramalho Lefone*  
*José Aluísio Vieira*  
*Mirian Nere*  
*Rodrigo Leite da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.13118191213**

**CAPÍTULO 13 ..... 135**

DIVERSIDADE ÉTNICA BRASILEIRA: COMUNIDADE RIBEIRINHA ROSA DE SARON, AM

*Germana Ponce de Leon Ramírez*  
*Ariana Dias Machado Tavares Alves*  
*Suellen Contri Mazzo*  
*Vanessa Pires Rocha Barbosa*

**DOI 10.22533/at.ed.13118191214**

**CAPÍTULO 14 ..... 145**

ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA A SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL

*Veruska Ribeiro Machado*  
*Rosa Amélia Pereira da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.13118191215**



<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>163</b>
EXERCÍCIO DOCENTE NA PRISÃO POR PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO: FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	
<i>Andressa Baldini da Silva</i> <i>Marieta Gouvêa de Oliveira Penna</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191216</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>175</b>
INTERDISCIPLINARIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO PROEJA DE TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	
<i>Láisse Silva Lemos</i> <i>Carmencita Ferreira Silva Assis</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191217</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>183</b>
INTERFACE ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Edson Manoel dos Santos</i> <i>Ana Paula Pacheco Moraes Maturana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191218</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>198</b>
JOGO: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVER AÇÕES AFIRMATIVAS NO ATO DE ENSINAR	
<i>Isabela Natal Milak</i> <i>Sonia Regina Silveira Gonçalves</i> <i>Vidalcir Ortigara</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191219</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>213</b>
MATERIAIS ACESSÍVEIS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS	
<i>Danielle Rodrigues Monteiro da Costa</i> <i>Airton dos Reis Pereira</i> <i>Mirian Rosa Pereira</i> <i>Elzonete Silva Cunha</i> <i>Odinete Dias Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191220</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>222</b>
O LADO COLORIDO DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Vicente de Paulo Morais Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191221</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>233</b>
O QUE DEVE SER MUDADO NA NOSSA DIDÁTICA PARA ATENDER O ALUNO ATUAL DA ESCOLA?	
<i>Cilmara Cristina Rodrigues Mayoral Brunatti</i> <i>Alessandra de Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191222</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>240</b>
O TRABALHO DOCENTE DIANTE DAS ADVERSIDADES: A (IN)DISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Liane Nair Much</i> <i>Weliton Martins da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191223</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>249</b>
O USO DE JOGOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA: UM PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS	
<i>Talita Silva Perussi Vasconcellos</i> <i>Rosimeire Maria Orlando</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191224</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
PARCERIA DO FONOAUDIÓLOGO NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR DO ALUNO SURDO	
<i>Ana Claudia Tenor</i> <i>Débora Deliberato</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191225</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>273</b>
PRÁTICA PEDAGÓGICA: IMPORTÂNCIA MICROBIOLÓGICA DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS	
<i>Wellington Alves Piza</i> <i>Camila Maria De Souza Silva</i> <i>Rafaela Franco Dias Bruzadelli</i> <i>Leticia Marques Ruzzi</i> <i>Gabriella Ramos de Menezes Flores</i> <i>Poliana de Faria Cardoso</i> <i>Talita Amparo Tranches Candido</i> <i>Caroline de Souza Almeida</i> <i>Ingridy Simone Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191226</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>277</b>
PRECONCEITO E LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: O QUE SINALIZAM ADULTOS SURDOS SENDO ESCOLARIZADOS	
<i>Giselly dos Santos Peregrino</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191227</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>286</b>
PROCESSOS DE LEITURA EM ESCOLARES: AVALIAÇÃO EM UM CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO CER II/UNESC	
<i>Ana Júlia Rosa</i> <i>Lisiane Tuon</i> <i>Angela Cristina Di Palma Back</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191228</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>295</b>
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE ESCOLA ESPECIAL E ESCOLA REGULAR	
<i>Juliana Gisele da Silva Nalle</i> <i>Claudionei Nalle Jr</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191229</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>303</b>
SENSIBILIZAR PARA EDUCAR: TRABALHANDO A SENSIBILIZAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
<i>Paulo Ivo Silva de Medeiros</i> <i>Maria Luisa Quinino de Medeiros</i> <i>Leandro dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191230</b>	



<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>314</b>
TIPOLOGIA DE ERROS ORTOGRÁFICOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Thaís Contiero Chiaramonte</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191231</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>321</b>
UM EXERCÍCIO DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO CAMPO DE LETRAS/INGLÊS: CONDUÇÃO E DESDOBRAMENTOS FORMATIVOS	
<i>Vivian Mendes Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191232</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>328</b>
UMA PROPOSTA DE ENSINO DO HANDEBOL PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA	
<i>Isabella Blanche Gonçalves Brasil</i>	
<i>Eliane Isabel Julião Fabri</i>	
<i>Talita Fabiana Roque da Silva</i>	
<i>Lilian Aparecida Ferreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191233</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>338</b>
UMA REFLEXÃO ACERCA DO ENSINO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E A PRÁXIS DOCENTE NÃO INDÍGENA	
<i>Vivian Cristina Balan Fiuza</i>	
<i>Germana Ponce de Leon Ramirez</i>	
<i>Isabella Loreto Viva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191234</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>348</b>
HISTÓRIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO CINEMA DE BERNARDO BERTOLUCCI	
<i>José de Sousa Miguel Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191235</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>357</b>
O ENSINO DE TEATRO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A METADRAMATURGIA COMO ELEMENTO DE EXPLORAÇÃO DA LINGUAGEM	
<i>Rebeka Carocha Seixas</i>	
<i>Maria Eduarda Oliveira Félix da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13118191236</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>364</b>

## ATRIBUIÇÕES, DIFICULDADES E SATISFAÇÃO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE UM MUNICÍPIO CEARENSE

**Gleíza Guerra de Assis Braga**

Prefeitura de Maracanaú, Maracanaú-Ceará.

**Antonio Nilson Gomes Moreira**

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-Ceará.

**Glaucia Mirian de Oliveira Souza Barbosa**

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-Ceará.

**RESUMO:** Este artigo investiga atribuições, dificuldades e nível de satisfação de coordenadores pedagógicos em um município cearense. Os resultados contribuirão para a formulação de políticas na área da gestão educacional e escolar. O estudo valeu-se das contribuições teóricas de Pinto e Mariano (2011), Almeida e Placo (2009; 2013), dentre outros. Optou-se pela pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com 48 profissionais de escolas públicas municipais. Após análise de conteúdo, verificou-se que, embora o nível de satisfação dos sujeitos seja alto (90%), são apontadas inúmeras dificuldades, configuradas como desafios, tais como o desvio de função e o excesso de demandas, o que contribui para ficar em segundo plano a formação continuada de professores, sua atividade precípua.

**PALAVRAS-CHAVE:** coordenação pedagógica; atribuições; dificuldades; satisfação.

**ABSTRACT:** This article investigates the

attributions, difficulties and level of satisfaction of pedagogical coordinators in a municipality of Ceará. The results will contribute to the formulation of policies in the area of educational and school management. The study was based on the theoretical contributions of Pinto and Mariano (2011), Almeida and Placo (2009, 2013), among others. We chose qualitative research, through interviews with 48 professionals from municipal public schools. After content analysis, it was verified that, although the level of satisfaction of the subjects is high (90%), there are many difficulties identified, such as the deviation of function and the excess of demands, which contributes to staying in the background, the continuing education of teachers, their primary activity.

**KEYWORDS:** pedagogical coordination; attributions; difficulties; satisfaction.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o papel da educação sobre o crescimento econômico e a sua função social tem ganhado bastante espaço nas discussões políticas e acadêmicas. Sabe-se que uma população onde a educação é prioridade certamente será beneficiada com um maior produto econômico e elevado retorno social. Assim, após a expansão da educação

básica no país, um dos maiores desafios consiste em melhorar a sua qualidade.

Um importante passo para essa ação foi a publicação do Decreto de nº 6.094/2007, o qual dispõe sobre a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação em conjunto com o Compromisso Todos pela Educação. Criados na perspectiva de médio e longo prazo, a legislação objetiva a melhoria da qualidade da educação no país, com foco prioritário na educação básica.

O Termo de Compromisso Todos pela Educação institui 28 diretrizes e prevê a atuação conjunta de todos os níveis de governo: municipal, estadual e federal, com a finalidade de mobilizar toda a sociedade em defesa da qualidade da educação, cujo principal instrumento aferidor desta qualidade é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Dentre as diretrizes constantes no documento especificado anteriormente, é oportuno o destaque ao disposto no art. 2º, XVII, que estabelece: “incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor”.

De acordo com a nova Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (1994), o coordenador pedagógico é responsável, no âmbito escolar, pelo planejamento, implementação, coordenação e avaliação do processo educativo. Atua em atividades de ensino nas esferas públicas e privadas, a fim de proporcionar condições que favoreçam ao ensino e a aprendizagem.

A figura do coordenador pedagógico é relativamente nova no cenário educacional brasileiro, especificamente na rede municipal de ensino investigada. Atualmente, existem regulamentações no âmbito federal, estadual e municipal, que definem o papel do coordenador pedagógico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9394/96 não aborda diretamente a atuação do coordenador, mas ao listar as incumbências dos estabelecimentos de ensino, em seu art. 12, sugere a necessidade de um profissional na escola responsável pelas demandas do processo de ensino e aprendizagem, o que caracteriza uma gestão pedagógica.

No artigo 64 da mesma Lei, é definido que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica deve ocorrer em cursos de Pedagogia ou em nível de pós-graduação. Acrescentando que, para exercer cargos de magistério diferentes dos de docência, o que inclui a coordenação pedagógica, é pré-requisito ter experiência de ensino em sala de aula, conforme o artigo 67, parágrafo único.

A figura do coordenador pedagógico começou a compor os quadros de escolas públicas, quando os formuladores de políticas educacionais perceberam que a aprendizagem dos alunos dependia diretamente da maneira como o professor ensina (MARCHESAN, 2014).

Segundo a literatura (CHRISTOV, 2009; GEGLIO, 2006; SERPA, 2011; CONCEIÇÃO, 2010), uma das principais atribuições do coordenador pedagógico está

relacionada à formação continuada dos professores.

Para Libâneo (2004, p. 221), as funções do gestor pedagógico se resumem em “planejar, coordenar, gerir, acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula”.

Conforme Placco (2003) é em torno de um projeto de escola, com claros objetivos de formação do aluno e do cidadão, que professores, gestores e outros profissionais da educação devem-se congregar para um trabalho significativo junto aos alunos.

Visando à elevação contínua da qualidade do ensino, o coordenador pedagógico é a figura responsável por liderar, no cotidiano escolar, os elementos que envolvem a atuação de estudantes e professores.

Porém, na prática, inúmeras tarefas do cotidiano escolar, que poderiam ser resolvidas por outros profissionais, como o acompanhamento diário da entrada e saída dos alunos, a organização dos horários da biblioteca, o auxílio na Secretaria em época de matrícula, o controle e a organização das salas, as questões de indisciplina e o atendimento aos pais e à comunidade, acabam por dominar a agenda dos gestores pedagógicos, foi o que constatou a pesquisa “o Coordenador Pedagógico e a Formação de Professores”: Intenções, Tensões e Contradições, encomendada pela Fundação Victor Civita (FVC) à Fundação Carlos Chagas (FCC).

Sacristán (1999, p. 75) acrescenta que “o coordenador pedagógico assume várias tarefas no decorrer do seu cotidiano”, e que sua função não é muito bem compreendida.

No contexto das escolas públicas do Brasil em que há, em sua grande maioria, defasagem de recursos humanos e materiais (PINTO, 2014), assim como más condições de infraestrutura (SOARES-NETO et al, 2013; BRAGA; CAVALCANTI; CAMURÇA, 2014), com menos de 1% das escolas apresentando condições mínimas de funcionamento (INEP, 2011), esses gestores acabam por desviar da sua função para realizar atividades descobertas de profissionais, mas de cunho primordial para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

É o que sinaliza Fernandes (2004, p. 104), quando afirma que os gestores pedagógicos enfrentam diariamente uma série de dificuldades que impedem a realização do seu trabalho:

[...] o desvio de função; a ausência de identidade; a falta de território próprio de atuação no ambiente escolar; o isolamento do trabalho; a convivência com uma rotina de trabalho burocratizada; a utilização da função na veiculação, imposição e defesa de projetos da Secretaria de Educação; a presença de traços autoritários e julgadores e a fragilidade de procedimentos para a realização de trabalhos coletivos.

Nesse contexto, o papel do coordenador pedagógico se tornou muito abrangente, envolvendo assuntos de cunho operacional e administrativo que fogem da sua “razão de ser” no ambiente escolar.

A abordagem dos desafios vivenciados pelo gestor pedagógico se torna imprescindível, à medida que esta figura é a principal responsável pelos resultados

escolares. Logo, torna-se relevante também refletir sobre os aspectos referentes à sua satisfação, pois os fatores que a compõe dão sentido ao seu trabalho e estão relacionados à uma prática efetiva (PINTO; MARIANO, 2011).

Estudar a satisfação no trabalho é se remeter aos pressupostos de Taylor e Fayol, quando ambos compreendiam que as pessoas só poderiam ser motivadas financeiramente (HICKSON; PUGH, 2004).

Somente a partir dos estudos de Mayo (1947), a ênfase centrava-se no fator humano. “A preocupação com a satisfação no trabalho começou a ocupar lugar de destaque entre os estudiosos do homem nas organizações” (PINTO; MARIANO, 2011, p. 4).

A Teoria de Herzberg (1962), partiu de uma pesquisa que objetivou a identificação dos fatores que causam a satisfação e a insatisfação de colaboradores em um ambiente de trabalho. Demonstra a existência de dois fatores que orientam o comportamento das pessoas na realização de suas atividades formais: os fatores higiênicos (extrínsecos) e os fatores motivacionais (intrínsecos).

Os fatores higiênicos relacionam-se ao ambiente e às condições de trabalho, tais como: salário, benefícios sociais, políticas da organização, clima organizacional, oportunidades de crescimento, e estão fora da governabilidade das pessoas. Os fatores motivacionais apontam ao conteúdo do cargo, à natureza das tarefas que o indivíduo executa, a liberdade que possuem para decidir como executar o trabalho, uso pleno de habilidades pessoais, responsabilidade total pelo trabalho, definição de metas e objetivos relacionados ao trabalho e auto-avaliação de desempenho.

Segundo o autor, os fatores higiênicos são aqueles necessários para *evitar* que o funcionário fique insatisfeito em seu trabalho, porém, eles não são capazes de fazer com que ele se sinta completamente satisfeito.

Nesse sentido, Coda (1990, p. 89) afirma que:

A satisfação no trabalho pode ser mensurada em relação a uma série de fatores, sendo aqui ressaltados dois considerados básicos. O primeiro diz respeito à satisfação em relação ao conteúdo e tipo do trabalho que está sendo realizado e o segundo fator é representado pela satisfação dos funcionários de uma organização com relação às políticas de recursos humanos definidas e que servem de guia para a gestão destes funcionários.

Enfim, a satisfação do indivíduo no trabalho está relacionada a diversos fatores organizacionais, considerando seu ambiente externo e interno.

É nesse contexto que se situa este gestor como ator privilegiado nessa investigação, “por entendermos que ele tem, na escola, uma função articuladora, formadora e transformadora” (ALMEIDA; PLACCO, 2009) e, portanto, é o profissional mediador entre currículo e professores e, por excelência, o formador destes.

Dada a importância desse ator no contexto de melhoria da qualidade da educação, pretende-se responder às seguintes questões: Quais as principais atribuições dos coordenadores pedagógicos? Quais as dificuldades vivenciadas por ele no âmbito da

escola? Qual o nível de satisfação com a sua atuação profissional?

Assim, esse artigo possui o objetivo de investigar a atuação dos gestores pedagógicos de um município cearense, registrando, ainda, como objetivos específicos: 1) evidenciar as principais atribuições do coordenador pedagógico; 2) identificar suas dificuldades no exercício da função; 3) verificar o nível de satisfação no tocante à sua atuação profissional.

Além desta introdução, o trabalho é composto por 3 seções, além desta parte introdutória. Na sequência, discorre-se sobre o caminho metodológico que se adotou para a realização da pesquisa; posteriormente é apresentada a análise e discussão dos dados; e, finalmente, são tecidas as considerações finais acerca do estudo.

Na próxima seção é apresentado o caminho metodológico adotado para a realização desta pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual está colocada pelo fato de pretender-se atuar sobre aspectos subjetivos de opiniões ou de atitudes em populações pequenas, interessando-se mais por interpretar as ações e relações dos grupos humanos e de indivíduos, elementos pouco traduzíveis pela quantificação (BASTOS, 2004).

O Município pesquisado está situado na Região Metropolitana de Fortaleza, compondo o estado do Ceará. Possui sistema próprio de ensino, com estimativa de 210.000 habitantes (IBGE, 2010), e 45.000 alunos matriculados em sua rede de 87 escolas municipais e 19 anexos. Oferta desde a educação infantil em creches até o ensino médio profissionalizante.

A figura do coordenador pedagógico, nesse município, foi regulamentada pela Lei nº 1.505/09, a qual define os critérios técnicos para nomeação e exoneração dos membros do núcleo gestor das escolas. Posteriormente, esta Lei foi disciplinada pelo Decreto nº 2.179/10.

O núcleo gestor de cada escola deste município é composto por uma direção geral, uma coordenação administrativo-financeira, coordenações pedagógicas (a quantidade pode variar, dependendo do número de turmas e das etapas ofertadas) e secretaria escolar. Todos são servidores concursados, e designados para a função, a partir de processo seletivo, de acordo com a Lei municipal 1.505/09.

De acordo as legislações citadas anteriormente, para concorrerem à função de Coordenador Pedagógico, os candidatos devem ser servidores efetivos do grupo ocupacional do magistério (MAG) da Prefeitura; formação mínima em licenciatura plena em pedagogia ou pós-graduação em educação; experiência mínima de 3 (três) anos em docência e não ter sofrido penalidade por força de procedimentos administrativos



disciplinar, cíveis ou criminais, nos últimos 4 (quatro) anos.

Esse município realiza mensalmente formação continuada aos gestores pedagógicos, a qual visa problematizar a função da Coordenação Pedagógica, a fim de que se construa um olhar analítico e crítico da realidade educacional do sistema educacional do município, articulado a reflexões sobre os fazeres profissionais no cotidiano escolar.

Durante um encontro para a formação da IV Conexão Situacional do Projeto Institucional do ano de 2015, foi realizado um diagnóstico através da aplicação de um questionário composto por 03 blocos de questões abertas e fechadas, dividido em três partes: I) as atribuições dos Coordenadores Pedagógicos; II) as dificuldades encontradas por eles para o exercício da função; e, III) o seu nível de satisfação no tocante à sua atuação profissional.

Do total de 120 (cento e vinte) coordenadores pedagógicos integrantes da rede municipal de ensino em estudo, 48 (quarenta e oito) responderam. As questões foram conduzidas de forma a retratar a realidade vivida e trabalhada por esses profissionais.

Os dados coletados foram processados e agrupados por categorias, em algumas vezes dispostas em gráficos ou tabelas, utilizando-se da técnica de estatística descritiva. A leitura dos dados fez uso da análise de conteúdo, como procedimento de categorização das dificuldades e satisfação. Os dados coletados foram processados e agrupados por categorias, em algumas vezes dispostas em gráficos ou tabelas, utilizando-se da técnica de estatística descritiva. A leitura desses elementos fez uso da análise de conteúdo, como procedimento de categorização das dificuldades e satisfação, a partir das semelhanças e diferenças apresentadas (BARDIN, 2011).

Para Chizzotti (2008), essa estratégia é uma dentre os diferentes modos de interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou significantes lexicais por meio dos elementos mais simples do texto.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

No primeiro bloco de questões, denominado “Atribuições dos Coordenadores Pedagógicos”, doravante CPs, inicialmente foram indicadas cinco atividades, entendidas como primordiais à execução das atribuições desses sujeitos e solicitou-se que eles escolhessem até duas opções. Como resultados, obteve-se a seguinte ordem de priorização: 1) atendimento ao aluno; 2) suporte ao planejamento de docentes; 3) atendimento aos professores; 4) atendimento à demandas burocráticas da Secretaria Municipal de Educação; e 5) formação continuada dos profissionais do magistério.

Esse resultado é preocupante, pelo fato de que a literatura aponta a formação continuada de professores como a principais atribuições do coordenador pedagógico (ALMEIDA; PLACO, 2009; 2013).

Todavia, mesmo tendo esta se destacado como de menor grau de importância nas atribuições do CP, ainda assim, ao responderem se existe uma relação direta entre o seu trabalho e o processo de formação continuada dos professores, um percentual de 85,2% dos respondentes indicaram que sim. Esse resultado sugere que, embora considerem a formação uma de suas funções primordiais, não conseguem colocar em prática a ação de formar o seu grupo docente.

Depreende-se, com esse resultado, que os entrevistados não conseguem, ainda, desvencilhar a atividade de formação continuada de professores do trabalho de acompanhamento pedagógico, entendendo que os mesmos estão imbricados. Contudo, essa constatação é fator de reflexão, pois a formação antecede o acompanhamento, e é resultado do mesmo, sendo uma atividade contínua e cíclica.

O segundo bloco de questões foi denominado “Dificuldades no exercício de sua função”. É possível verificar, no Gráfico 1, todas as respostas apontadas pelos sujeitos com o respectivo percentual.

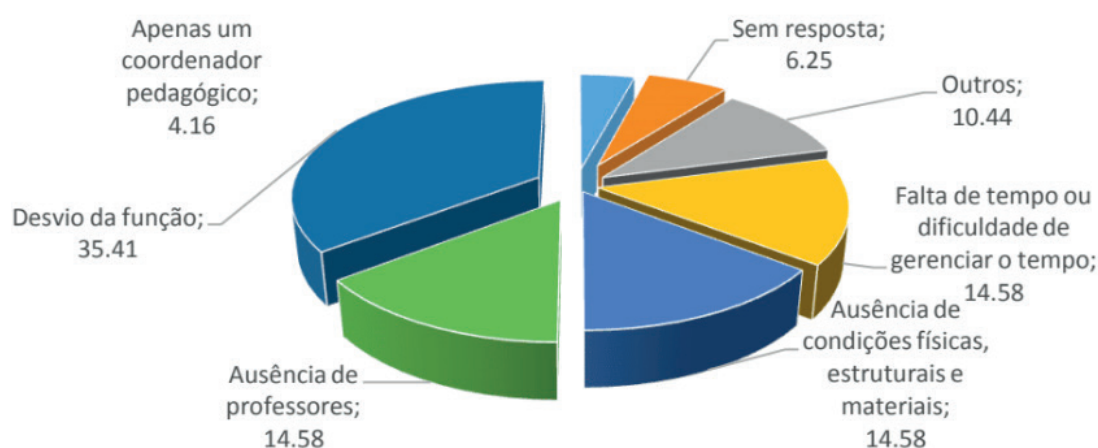


Gráfico 1. Dificuldades no exercício da função.

Fonte: dados de pesquisa, 2016.

A dificuldade mais apontada, com um percentual de 35,41% foi classificada como desvio de função, caracterizada pela “falta de efetivação do que realmente é função do coordenador” (CP12), além do “excesso de demandas” (CP16). E as demais relataram a: 1) ausência de condições físicas, estruturais e materiais; 2) ausência de professores; e, 3) falta de tempo ou dificuldade de gerenciar o tempo. As duas últimas sugerem relação direta com o desvio de função. As falas dos sujeitos, transcritas a seguir, são representativas dessa constatação.

O ativismo da escola, associado a uma falta de esclarecimento de qual é a real função do coordenador pedagógico, por parte dos membros da comunidade escolar (CP5);

São muitas as dificuldades, porém o que mais me incomoda hoje é o desvio diário das nossas funções para atender outras demandas da escola (CP8);

As várias demandas de uma escola, que se caracteriza como desvio de função, em muitas vezes fazemos muitas coisas que não é de nossa competência, deixando de lado o que de fato é da função (CP15);

Não definição de responsabilidades específicas, sobrecarga de funções, desvios de funções (CP44).

Esses profissionais deixam claro que esse fator “prejudica em parte o acompanhamento efetivo do planejamento dos professores” (CP34).

Sacristán (1999) assinala que o coordenador pedagógico vive em um contexto permeado por dilemas, os quais são resultantes das urgências do cotidiano escolar. É difícil acompanhar as exigências demandadas do exercício da função, pois suas atividades somam-se às múltiplas tarefas desempenhadas na escola por ele.

Embora, com frequência, o Coordenador Pedagógico seja posto, na escola, como “tomador de conta dos professores”, ou como “testa de ferro” das autoridades de diferentes órgãos do sistema, outra é nossa compreensão, dado que “ele tem uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus próprios sentidos” (ALMEIDA; PLACCO, 2009). Ele não pode perder de vista qual é seu papel na formação do aluno, no coletivo da escola, revendo suas práticas e construindo outras ou reafirmando as que se revelam promissoras e significativas para aqueles alunos, aquela escola, aquele momento histórico.

Foram apontadas, com 14,58% cada uma delas, as seguintes dificuldades: 1) ausência de professores; 2) ausência de condições físicas, estruturais e materiais; e, 3) falta de tempo ou dificuldade de gerenciar o tempo.

A “ausência de professores” apresenta como consequência a necessidade de substituição por parte do CP e, portanto, pode ser caracterizado também como desvio da sua função. Veja alguns depoimentos a seguir:

A dificuldade é quando faltam professores, só o gestor pedagógico é que pode ir para a sala de aula (CP32);

A falta de professores é o que mais dificulta (CP35);

Ter que substituir professor faltoso – quebra a programação (CP2).

As “condições físicas, estruturais e materiais” (CP3) são basilares para a execução do trabalho do CP, pois as atividades que são executadas por eles necessitam de apoio dos professores, do núcleo gestor e até mesmo dos alunos; de um espaço com infraestrutura adequada para que os mesmos possam realizar seus encontros, reuniões, conversas, planejamentos, etc.; e ainda, de materiais didáticos para a execução dos trabalhos. Contudo, embora não seja um percentual significativo (14,58%), os coordenadores destacam a ausência desses itens, inclusive a “precariedade de materiais didáticos” (CP41). Tais problemas são indicados como

complicadores para uma efetiva realização de suas funções.

Ainda é citado nesse grupo, a falta de tempo ou a dificuldade de gerenciar o tempo disponível. É possível acompanhar a seguir, as falas dos sujeitos:

A principal dificuldade é o desafio de estabelecer tempo específico para planejar as intervenções na formação efetiva dos professores (CP10);

Falta de tempo para ser realmente coordenadora, se faz necessário um auxiliar na coordenação (CP18).

A falta de tempo para alguns projetos a serem colocados em prática na nossa escola. A muita ida a sala de aula impede que o trabalho seja mais proveitoso (CP25);

Gerenciar meu tempo diante da minha rotina sem sentir culpa por não conseguir em alguns momentos exercer a contento todas as minhas demandas (CP42).

Um percentual de 4,16% apontou como dificuldade a questão de ser apenas um coordenador pedagógico para atender todas as etapas e modalidades existentes na escola, embora em uma das falas tenha-se destacado que se encontra apoio na gestão geral. Veja:

Ter todos os níveis de ensino na minha instituição, inclusive a modalidade de EJA e ser a única pedagógica (CP24);

A dificuldade encontrada é porque a escola tem de Educação Infantil a EJA e somente uma coordenadora pedagógica para acompanhar, mas encontro apoio em meu gestor geral (CP33).

No último grupo de categorizações, relacionado ainda às dificuldades apontadas pelo CPs, o qual foi denominado de “outros”, com um percentual de 10,44%, pode-se elencar àquelas que não se associaram, tais como: 1) dificuldade de acompanhar os planejamentos com os professores e o acompanhamento em sala de aula (CP29). Embora apenas um CP tenha indicado essa dificuldade, a mesma está imbricada nas demais, tendo em vista que o desvio de função, a falta de recursos materiais e condições estruturais também dificultam o acompanhamento dos professores; 2) cooperação de alguns profissionais que poderiam fazer um pouco mais (CP14). O trabalho coletivo é imperativo para que se obtenha êxito nas atividades executadas pelos coordenadores pedagógicos. Sobretudo, porque interfere no resultado final: trabalho dos professores e aprendizagem dos estudantes; 3) “não ser pedagoga e a experiência de ter trabalhado sempre do 6º ao 9º ano e ensino médio” (CP20). Cabe lembrar aqui, como foi destacado anteriormente, que a LDBEN Nº 9394/96 orienta que para atuar em atividades de coordenação é preciso ter formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação. E o pré-requisito fundamental para o exercício da função, segundo o Art. 67, parágrafo único da referida lei, é necessária a experiência docente para atuação como Coordenador Pedagógico (BRASIL, 1996). Ou seja, o “ou” apresenta a não obrigatoriedade de uma formação inicial pedagógica,

desde que tenha uma pós-graduação na área da educação; 4) “não tem uma opinião formada ainda acerca do assunto” (CP23); e, 5) “não entende porque o professor se capacita tanto e não muda em sala de aula” (CP27).

Por fim, no último bloco de questões, por nome “Nível de satisfação dos Coordenadores Pedagógicos no tocante à sua atuação profissional”, foi inquerido se eles estavam satisfeitos com sua atuação profissional e ainda se solicitou que justificassem suas respostas. Enquanto 90% dos sujeitos afirmam estarem satisfeitos, 10% responderam negativamente.

Ao justificarem suas respostas, os CPs relembrou as dificuldades apresentadas como entraves no exercício de suas atividades, contudo, citaram alguns motivos para tal satisfação. A “contribuição e a influência do trabalho desenvolvido por eles”, sobretudo na qualidade do ensino, no trabalho do professor, na aprendizagem e resultado dos alunos, foi o motivo mais indicado, com 25,52%. Vejam os depoimentos a seguir:

#### **Na qualidade do ensino:**

Plenamente satisfeita, pois *contribuo para a melhoria da qualidade de ensino*, na escola como também no município. As dificuldades são enormes mais não intransponíveis (CP3, grifo nosso).

#### **No trabalho do professor:**

Apesar de muitas atribuições e por vezes não conseguir resolvê-las em tempo, sinto satisfeita, pois sei que, *na minha função ajudo aos professores a desenvolverem seu trabalho de forma mais dinâmica* (CP7, grifo nosso).

#### **Na aprendizagem dos alunos:**

Apesar de intensa rotina de trabalho e das muitas atribuições, gosto do que faço, procuro contribuir da melhor forma possível com o trabalho das professoras *em prol da aprendizagem das crianças* (CP8, grifo nosso);

Apesar dos desafios que se apresentam, diariamente no nosso fazer, pois em nossa rotina temos que dar conta de atividades que não estão diretamente ligadas as nossas funções, me identifico com esse trabalho por ser bastante dinâmico e *poder contribuir com o processo ensino-aprendizagem* (CP10, grifo nosso).

#### **E, no resultado dos alunos:**

Estou satisfeita porque sempre quis ser coordenadora. Também fico muito satisfeita quando vejo que *todos os nossos esforçados são recompensados quando vemos os resultados dos alunos*, é gratificante ver o avanço que nós tivemos. A parte ruim e que muitas vezes deixamos de fazer a nossa função para fazer a função dos outros. (CP19, grifo nosso).

Esse fator demonstra que eles reconhecem a importância do seu trabalho e a forma como o mesmo influencia nas atividades do professor e nos resultados dos alunos. Embora tenham citado anteriormente que parece não estar definido o seu papel, eles possuem a compreensão do que de fato, eles precisam fazer na escola.

Em segundo lugar, 25% dos entrevistados utilizam como justificativa de tal

satisfação, “a consciência profissional”, que tem a ver com realização e identificação com o trabalho executado. Veja os depoimentos abaixo:

Há uma satisfação do dever cumprido, no trabalho cooperativo que há na escola, quando vejo o sucesso do aluno, da equipe, a sensação de satisfação e orgulho é muito boa. *Sinto que estou fazendo a coisa certa no lugar certo* (CP1, grifo nosso);

Bastante satisfeita, pois *me realizo profissionalmente no que faço* (CP11, grifo nosso);

Entendo que a coordenação pedagógica desenvolve um trabalho de grande importância na escola por ser a principal atividade escolar, e *essa consciência do meu papel profissional*, junto ao apoio que tenho de meus colegas no ambiente de trabalho me deixa muito satisfeita (CP44).

Existem ainda aqueles (18,75%) que, embora tenham respondido positivamente à pergunta, dizendo haver satisfação no exercício de seu trabalho, destacam como fator complicador, mais uma vez, o “desvio de função”, as “muitas atribuições” e as “demandas da rotina de trabalho”. É possível verificar no depoimento abaixo:

Sinto-me satisfeita, embora, por vezes sinta que por outras atribuições (principalmente ir para a sala de aula, substituir professor) isso me impede de cumprir a contento o meu principal papel que é estar exclusivamente junto aos professores no planejamento daquele dia (CP5).

Os CPs citaram ainda “o aprendizado e amadurecimento profissional” (8,33%); e, a “possibilidade de ter uma visão ampliada da escola, dos alunos e professores” (6,25%). Um percentual de 4,16% se absteve de justificar o porquê de sua satisfação.

Aqueles que disseram estar insatisfeitos (10%) citaram principalmente o excesso de demandas. A fala abaixo é representativa desse sentimento:

Sou sozinha na coordenação da escola, acabei absorvendo muita coisa para fazer e acabo deixando a desejar no acompanhamento pedagógico dos professores (CP30).

Os gestores pedagógicos apresentaram um nível de satisfação bastante elevado com o trabalho, principalmente por este proporcionar relevante contribuição, por desenvolver uma consciência profissional, por resultar em aprendizado e desenvolvimento de uma visão mais sistêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada comunga com a ideia dos teóricos que a fundamentam, ao destacar como a maior dificuldade para o exercício do trabalho do coordenador pedagógico, o desvio de função. A realização de outras atividades, a falta de efetivação do que realmente é de sua função, e a assunção de tarefas operacionais



e até administrativas, prejudicam até mesmo, como citado pelos sujeitos, a realização de formações continuadas com os professores, atividade primordial dos CPs.

Interessante destacar que, mesmo apontando inúmeros problemas, apenas 10% dos sujeitos afirmaram não estarem satisfeitos no tocante à sua atuação profissional. Esse percentual destacou, mais uma vez, que tal insatisfação se dá exatamente pelo fato de não poderem realizar as atividades inerentes ao seu trabalho, e o fato de terem que assumir demandas exteriores à sua função.

Acredita-se que os achados desta investigação possam contribuir com o debate voltado para a melhoria da qualidade da educação, bem como para a formulação e implementação de políticas educacionais, bem como da formação inicial e continuada de gestores escolares, em especial a partir da atuação desses sujeitos.

Assim, faz-se necessário que sejam repensadas a sua formação inicial e continuada, bem como a sua missão na escola, de modo que se contribua para que seja construída a identidade de uma profissão, e que sejam mapeados os processos de sua atuação, superando assim a constante situação de desvio de função.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. e PLACCO, V. M. N. de S. **O papel do coordenador pedagógico**. 2009. Disponível em <http://www.revistaeducacao.com.br/o-papel-do-coordenador-pedagogico/>. Acesso em 10/01/2017. O papel do coordenador pedagógico. Revista Educação, São Paulo, p. 38 - 39, 1 fev. 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MARCHESAN, C. **Coordenador pedagógico: em busca de sua identidade**. In: XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul.

MARACANAÚ. **Lei nº 1.505 de 17 de dezembro de 2009**. Estabelece normas para a nomeação e exoneração de membros do núcleo gestor das escolas municipais de Maracanaú, bem como suas respectivas atribuições e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 2011.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, António. **Vidas de professores**. 2 ed. v. 4. Porto: Porto editora, 1999.

PINTO, J. M. R. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras? **Jornal de Políticas Educacionais**, nº 15, Janeiro-Junho, p. 03–12, 2014.

PINTO, V. R. R; MARIANO, S. R. H. Satisfação no trabalho dos gestores escolares. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, mai./ago, p. 110-125. 2011.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R.; SOUZA, V. L. T. (Coord.). **O Coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições**. (Relatório de pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita). São Paulo: FVC, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. c. 3 p. 63-92. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. vol. 3. 2 ed. Lisboa: Porto editora, 1999.

SOARES-NETO, J. J; KARINO, K. A; JESUS, G. R; ANDRADE, D. F. A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. **Revista do Serviço Público Brasília**, n. 64, v. 3, p. 377-39, jul/set, 2013.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-013-1

